

Nacionalismo sem nacionalistas: o empresário José Ermírio de Moraes

Maria Aparecida de Paula Rago

PUC/SP

Nos limites desse pequeno texto, nosso objetivo central foi o de sinalizar a especificidade do *nacionalismo* implantado e desenvolvido por representantes de setores da indústria brasileira, quando do confronto e subordinação crescente da economia aos capitais estrangeiros, i. é, no período da intensa internacionalização posta a partir da década de cinquenta do século XX. Assim, nosso olhar analítico se volta, sobremaneira, para o desvelamento das manifestações ideológicas da fração burguesa brasileira que protagoniza a moderna acumulação capitalista fabril no Brasil. Nossa indagação vai à busca da resposta a uma questão que, por um longo período, fez parte das preocupações e das estratégias essenciais de setores significativos da esquerda em nosso país, a saber: é legítimo falar em uma burguesia nacionalista? Temática ampla que para ser abordada escolhemos um percurso diferenciado qual seja, o entendimento das posições e procedimentos de José Ermírio de Moraes (1900-1973), fundador e proprietário do grupo Votorantim, que se auto-intitulava, e era reconhecido pelos seus pares, como nacionalista. Individualidade singular no processo de diversificação produtiva e constituição do capital industrial brasileiro, justificando-se por sua atuação empreendedora, visível na alavancagem de seu complexo industrial, e por sua relação com o Estado, tendo em vista à garantia de seus interesses particulares e os de sua fração de classe. Em que pese sua força para a construção daquela estrutura industrial e a supremacia econômica imposta aos trabalhadores, nele se condensa uma das expressões mais acabadas do capital atrofico.

A via colonial e a tragédia da burguesia brasileira

A compreensão da forma de *ser* e *agir* de um representante do grande capital em nossa realidade implicou em tomar o empresário em tela nas condições históricas da *via colonial*¹ - forma de *ser* e *ir sendo* capitalismo no Brasil. Ou seja, o entendimento da particularidade da constituição da sociabilidade capitalista brasileira possibilita o reconhecimento das formas pelas quais a burguesia industrial impôs seus interesses frente às outras classes sociais, de modo a excluir as subalternas.

¹ Consultar José Chasin "A sucessão na crise e a crise na esquerda" in *Revista Ensaio* n. ° 17/18. São Paulo:1989 e "A via colonial de entificação do capitalismo" in *A Miséria Brasileira*. Santo André/São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

Condição esta específica que fez com que seu projeto de nação assumisse características diferenciadas, não só em virtude do modo conciliado como se apresentou diante de outros segmentos sociais do extrato dominante, bem como agravado pela sua subsunção às economias centrais. Sua constituição ficou marcada pela impossibilidade de se pôr e completar como categoria no sentido mais amplo das possibilidades universais de seu ser social, recorrendo a um processo de modernização “pelo alto” através de formas autocráticas, e mesmo violentas, para viabilizar o progresso da indústria e uma racionalidade empresarial, sem, no entanto, incorporar ou socializar as possíveis conquistas advindas de tal processo.

O caso brasileiro, portanto, diferentemente das formas clássicas e não-clássicas de objetivação das sociedades capitalistas, alcançou sua transição para as formas industriais da reprodução ampliada de modo tardio e subordinada aos centros hegemônicos do capital. Sendo assim, a problemática da questão nacional alcança dimensão complexa, na medida em que, no limite, estaria em jogo a resolução de um capitalismo autônomo, possibilitado pela instauração de um parque industrial solidamente constituído nos setores de bens de produção e de capital. Processo que, na América Latina, como um todo, e no Brasil, em particular, não teve, do ponto de vista histórico, condições de se consubstanciar.

A sobrevivência da nação soberana, tal como era pensada por segmentos de industriais brasileiros, corria riscos ameaçados pela concorrência internacional que o país, subdesenvolvido, não tinha condições de enfrentar. A soberania nacional, nessa perspectiva, estava atada aos interesses mais imediatos da subsistência da camada industrial como classe. Em outros termos, a grande preocupação de parcelas da burguesia nacional, na condição de participante menor dos processos de desenvolvimento do país, era evitar seu alijamento dos setores da acumulação que ainda dominavam e onde usufruíam parte considerável dos lucros. Esta luta, sabemos, assumiu intensidade diferenciada e percorreu caminhos diversos na história recente do país.

Poder-se-ia perguntar como, numa economia subordinada como a brasileira, carente de uma acumulação em bases nacionais, seria possível falar da existência de uma burguesia em condições de realizar de modo independente um processo de acumulação – semelhante ao realizado por aquelas das formas clássicas e mesmo tardias do capitalismo central – visto que, na maior parte de sua existência, ou esteve associada ao capital internacional ou foi neutralizada nas tentativas de manter-se autônoma. De fato, um segmento social pensado nestes termos como indagamos não poderia existir, mas, no entanto, é possível identificar a existência de uma pequena parcela da burguesia, com características peculiares, que, diferenciando-se de sua

classe como um todo, estaria interessada em manter sua existência e identidade, ainda que com formas e dimensões mesquinhas e não se opondo ao capital externo desde que este não ocupasse seu espaço e fosse controlado por um Estado que assegurasse os interesses do capital privado nacional. A esta instância, portanto, caberia papel essencial na constituição da sociabilidade capitalista brasileira através de um gradiente que variava de uma ditadura feroz à institucionalização da autocracia, frente à impossibilidade histórica de seu segmento de classe – o grande capital industrial brasileiro – deter a hegemonia política e econômica em uma economia geneticamente subordinada, bem como representar os outros segmentos da sociedade através da dominação direta nos marcos da democracia liberal.

O golpe de 1964 e a reação da burguesia

Em nossa formação como afirmamos, o Estado representou a retaguarda necessária para as classes proprietárias garantirem o avanço do processo de reprodução industrial – através da implementação de infra-estrutura, de política de créditos e subsídios e de contenção salarial, entre outras tantas medidas –, frente à sua incapacidade histórica de arcar independentemente com o processo de acumulação capitalista. Ao longo de nossa história, a relação entre as esferas do político e os interesses do capital privado, foram articuladas por meio dos órgãos de representação corporativos ou não, que, em algumas ocasiões, chegaram a contar diretamente com quadros nas instâncias estratégicas e deliberativas governamentais.

No entanto, a partir da segunda metade da década de 50, a desnacionalização da economia brasileira avançava consideravelmente, descaracterizando essa relação na medida que o Estado aprofundou os compromissos com os capitais estrangeiros, de modo que o acesso aos canais de comunicação e a participação direta no poder não mais puderam garantir o atendimento dos interesses mais imediatos e particularistas do capital nacional, atingindo de forma profunda amplos setores empresariais brasileiros. Posteriormente, ainda que por um breve período, no governo de João Goulart, viu-se uma reação a esse processo e às conseqüências negativas do padrão econômico implantado, pois, além da retomada dos compromissos com setores nacionais, seu projeto do Estado passou a envolver as Reformas de Base e a inclusão das massas populares. Foi quando parte significativa dos setores proprietários nacionais, que antes buscava uma rearticulação mais confortável nas esferas decisórias, sentindo-se ameaçada por uma radicalização popular, ou por uma possível “República Sindicalista”, acabou apoiando a solução antidemocrática do golpe militar de 1964, pondo fim a quaisquer “ilusões heróicas” de burguesia nacional.

A partir de então a desnacionalização em curso – aprofundada com a vitória dos setores comprometidos com o grande capital internacional – e a crescente marginalização de amplos segmentos do capital nacional, verificada pela crescente concentração e internacionalização de ramos inteiros da produção, promoveram a reação das áreas mais atingidas pelo processo, através das individualidades empresariais bem como por entidades representativas de classe.²

Sendo assim, o crescente descompromisso do Estado em amparar a iniciativa privada de frações internas desencadeou a reação de parte desse segmento, que enveredou na busca de soluções para seus problemas. No caso de José Ermírio de Moraes, à frente de um dos maiores grupos nacionais com interesses em setores disputados pelos capitais estrangeiros como no caso de minérios, buscou como recurso à aproximação cada vez mais concreta às esferas decisórias da política nacional, a participação direta no Parlamento. Eleito senador por Pernambuco, através da frente capitaneada pelo PTB nas concorridas eleições de 1962, pautou sua atuação como Ministro da agricultura³ e Senador, ainda no primeiro ano do governo presidencialista de João Goulart, pelos temas gerais do nacionalismo, mantendo um distanciamento das questões mais radicais, como as reformas de bases, encaminhadas pelas forças reformistas. Em outras palavras, pautou-se por um nacionalismo acanhado e defensivo.

Através da análise de seus discursos pronunciados ao longo dos anos de 1963-1970, localizados no Arquivo Histórico do Senado em Brasília, quando lá exerceu a senatoria, foi possível identificar os interesses da fração de classe por ele representada e, sobretudo, o caráter e os limites do nacionalismo por ele esposado. O equacionamento destas questões tem um pressuposto: o desvendamento da problemática de uma burguesia que se pretende nacional, em condições de atraso da gênese histórica e de subordinação de nossa formação; daí a pergunta: *a burguesia brasileira pode ser nacional?* Nessa medida, situar historicamente a atuação do

² No entanto, neste novo momento da acumulação brasileira que proporcionou o chamado “milagre econômico” de 1968-73, coube aos trabalhadores o ônus maior na medida em que garantiram através do “arrocho” salarial e da legislação trabalhista uma das maiores taxas de exploração possibilitando amplo crescimento econômico.

³ Ainda que a “tendência natural” o indicasse para a pasta da Indústria, sua indicação à Pasta da Agricultura, deve ter seguido outra lógica. Dono de uma capacidade administrativa reconhecida, de uma identidade geral com as teses nacionalistas e, principalmente, representante de Pernambuco – região onde a questão agrária aflorava da forma mais radical –, a presença do petebista conservador, usineiro e com negócios no Estado poderia acalmar a sanha da direita e, ao mesmo tempo, contemplar a própria esquerda que o enxergava como expressão da burguesia nacional, reforçado por fazer parte da Frente do Recife, na mesma coligação com Miguel Arraes.

senador foi essencial para identificar e qualificar, em seu discurso, as dificuldades e dilemas enfrentados pelos setores industriais do capital nacional, num momento crucial do processo de acumulação monopolista subordinado no Brasil.

José Ermírio de Moraes e a crítica ao PAEG

No final de 1964, o senador pernambucano começou sua jornada como crítico “radical” (até onde pode ser considerado “radical” um representante da fração da classe industrial nacional) do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) viabilizado no governo do marechal ditador Humberto Castello Branco. Nessa sua empreitada, dirigiu suas baterias à política fiscal que restringia o reinvestimento dos lucros das empresas, obrigando-as a contribuírem com mais de 4% sobre seus ativos para o Estado, colocando os empreendimentos nacionais em situação de maior fragilidade o que vinha favorecer conseqüentemente a ação dos capitais estrangeiros.

Outra batalha nacionalista empreendida pelo senador empresário foi a crítica ao acordo do governo militar brasileiro com Washington, no início de 1965, que garantia investimentos e transações entre os dois países. Criticou, também, a instrução 276 da SUMOC que reeditava a 113, favorável ao capital internacional. Foi nessa ocasião que, em junho de 1965, o senador pernambucano se posicionou em termos veementes contra a entrega do Pico de Itabirito (MG) para a firma Hanna Corporation explorar o minério de ferro. Na tribuna defendeu a necessidade de se criar condições para que se impedisse que investidores internacionais obtivessem vantagens lesivas à nação. A exploração dos minérios era um tema essencial para o senador, pois envolvia sua concepção de nação. Isto é, uma nação só seria soberana se conseguisse desenvolver uma indústria de base (siderurgia, minérios) que por sua vez, garantiria uma economia auto-sustentada. Posteriormente, travou um verdadeiro combate contra a forma de exploração dos metais estabelecida pela Constituição de 1967 e o novo código de Minas aí aprovado, que facilitava a atuação de empresas internacionais. A ditadura castellista desconsiderava os interesses da iniciativa privada nacional e descartava o papel essencial do empresariado no *desenvolvimento econômico*. Vale dizer que, para José Ermírio de Moraes, faltava a intervenção, através da “arma da crítica”, de um Estado que enquanto organização política não merecia reparos, mas que na condução da política econômica, em especial no período de Roberto Campos, deixava órfãos setores das classes proprietárias brasileiras ao favorecer o setor financeiro internacional e, em alguma medida o nacional, impossibilitando o desenvolvimento de segmentos da esfera produtiva do país.

Estávamos de qualquer modo frente a uma situação em que se evidenciavam a incapacidade e a impossibilidade da burguesia brasileira – em especial, da fração do

capital industrial brasileiro – deter a hegemonia do Estado. A organização do poder ditatorial ganhava forma através das reformas implementadas pelos gestores do capital atóxico para atender aos compromissos afirmados ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, fundamentalmente, àqueles mais recentes, que se somaram na busca de erradicar a possibilidade de uma “República sindicalista” no país. Não atendiam, porém, seja na integralidade, seja na mesma proporção, aos interesses imediatos de todos os segmentos que haviam participado ou concordado, de forma direta ou indireta, com a solução do golpe militar de 1964.

No entanto, se no plano econômico podemos observar essa sua radicalidade na defesa de seus interesses mais mesquinhos posicionando-se contra a política econômica em vigor posta em andamento pelo economista Roberto Campos, José Ermírio de Moraes ao encarnar os limites e as contradições do ser social dos proprietários de via colonial, apostava na forma conciliatória como possibilidade do exercício do poder, não dispensando o recurso ao Estado. Em nossa formação histórica os limites antepostos à atuação da burguesia nacional, consagraram uma dominação autocrática de tipo pendular: num pólo, o terrorismo de classe aberto, a forma bonapartista avessa radicalmente às conquistas democráticas vindas dos “de baixo”, e, no outro, a institucionalização da autocracia burguesa, que expressa a democracia restrita dos proprietários, a transpirar seus interesses egoísticos, particularistas e exclusivistas. Foi dessa maneira que entendemos a posição do empresário em questão, i. é, seu não questionamento ao regime ditatorial dos generais, pelo contrário, o reconhecimento que essa forma política repôs a hierarquia e a ordem necessária para o bom andamento do processo produtivo e, quando se pronunciou a favor da retomada da democracia, o fez nos moldes da “restauração da democracia” do castelismo.

O empresário nacionalista, em sua história, sempre deixou cristalino o lugar do capital estrangeiro. Em sua visão do mundo, sua importância não era questionada, desde que se dirigisse para a produção, sem atuar na especulação, e não concorresse em áreas de interesses comuns. Frente à ameaça efetiva de uma guinada que se verificava não só no Brasil, mas em toda América Latina, dos governos e da própria economia nacional em seu amálgama com os capitais estrangeiros, em especial os norte-americanos, José Ermírio de Moraes encaminhou-se, para a esfera da política a fim de garantir seu propósito nacionalista, atacando diretamente os “entreguistas”. Esta couraça – a arma de uma ideologia nacionalista – serviu, portanto, para proteger e vingar os seus interesses empresariais, típicos do inacabamento de sua classe social determinado pelo condicionamento histórico-social, em um momento em que se

estreitavam as possibilidades de um capitalismo nacional autônomo e colocava em risco ou prejudicava, os interesses do grande grupo econômico.

A história das relações entre o capital nacional e o estrangeiro em sua subordinação estrutural, nem sempre foram acomodados em processos harmoniosos. Ainda que no período em tela as incorporações das empresas nacionais pelas estrangeiras tenham sido predominantes, não se pode desconsiderar que pequenos segmentos buscaram através da barganha e oposição enfrentar o capital estrangeiro e tirar proveito próprio dessa situação. O exame do comportamento individual de alguns empresários, como é o caso de José Ermírio de Moraes, expressa uma atuação de polarizações e tensões que brotam necessariamente da dinâmica contraditória do próprio processo de acumulação. Ao desenvolver uma retórica nacionalista no enfrentamento dos grandes grupos internacionais para garantir a exploração de minérios pelo capital privado nacional e o próprio Estado naquela ocasião, não escondia seus interesses imediatos e privatistas sobre aquela questão.⁴

E, arrematando a argumentação, importa marcar que concordamos com René Dreifuss, quando afirma a existência de um nacionalismo, mas sem nacionalistas. Contudo, há que adensar esta colocação. Em nossa forma particular de objetivação capitalista, inexistiu a portadora clássica da transformação que conduziu à superação de nossas mazelas estruturais e que pudesse efetivar a universalização da cidadania, mesmo mantida os pilares, a tal ponto que, no plano material, no nível mais imediato da produção e reprodução da vida social, pudesse atender em sua plenitude as necessidades da maioria da população brasileira.

⁴ Jacob Gorender também não concorda com a existência de um “comportamento único” na burguesia brasileira naquele momento com relação à internacionalização do processo de produção brasileiro ao afirmar a existência de “ (...) uma gradação de atitudes. Numa ponta, colocar-se-ia o falecido José Ermírio de Moraes, sucessor de Pereira Ignácio na liderança do grupo Votorantim. Nele encontramos a expressão empresarial mais avançada do nacionalismo burguês. O interesse do seu grupo pela extração e industrialização de minérios (alumínio, ferro e aço, zinco, níquel, cimento) levou-o a prolongado confronto com os cartéis internacionais, enfrentados com êxito e sem aceitação de acomodações associativas”. (Gorender: 1982, 91).